

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.153 - RS (2019/0314962-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : JOSE TOMAZETTI**  
**ADVOGADO : HIGINO SALLES HEINSCH - RS063732**  
**RECORRENTE : LEODORO CARVALHO**  
**ADVOGADOS : VAGNER JOSÉ SOBIERAI - RS077043**  
**FELIPE BORGES DA ROSA - RS102630**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

**JOSÉ TOMAZETTI** interpõe recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão do **Tribunal Regional Federal da 4ª Região** (Apelação n. 5006200-95.2015.4.04.7102).

O recorrente, condenado como incurso nas sanções do art. 171, § 3º, do CP, aponta a violação do art. 44, § 2º, do CP. Afirma que o dispositivo federal em apreço dispõe que "em sendo a pena superior a um ano, deve ser fixada uma pena restritiva de direito e multa ou duas penas restritivas de direito". Contudo, "foram fixadas duas penas restritivas de direitos e multa" (fl. 1.419).

Requer seja sanada a contrariedade ao art. 44, § 2º, do CP.

**Decido.**

A matéria controvertida não foi objeto de análise no julgamento da apelação e não foi ventilada por meio de embargos de declaração. Inexiste discussão sobre a substituição da multa, sanção autônoma prevista no tipo penal, à luz do art. 44 do CP. O recurso especial carece do indispensável **prequestionamento**. Incidem as Súmulas n. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, são deficientes as razões recursais. O recorrente olvida que: a) o crime previsto no art. 171, § 3º, do CP é apenado com pena de reclusão e de multa e b) o art. 44 do CP, de modo expresso, estabelece que somente **as sanções privativas de liberdade são substituídas por restritivas de direitos**.

A multa aplicada ao recorrente decorre do preceito

sancionador do tipo penal, não do art. 44 do CP. O Tribunal manteve **a comutação da pena de 1 ano e 4 meses de reclusão "por duas penas restritivas de direitos"** (fl. 1.502) Inexistiu a aplicação de três sanções substitutivas, como narrado no recurso especial. As razões de pedir estão dissociadas do aresto combatido e o art. 44, § 2º do CP não apresenta conteúdo suficiente a fundamentar a tese desenvolvida, o que atrai a incidência da **Súmula n. 284 do STF**.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial**.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**